Capítulo 5 - Elaboração da proposta

Convém frisar que a metodologia aqui apresentada teve como ponto de partida o município de São Paulo, a um só tempo laboratório e objeto. Observações efetuadas ao longo das três últimas décadas[1], de cunho mais empírico, somaram-se à atual coleta metodológica de dados. Em ambos os casos, pesquisou-se São Paulo. Isso torna a metodologia aplicável, em primeiro lugar, ao Município de São Paulo, mas também a faz adaptável a outras realidades urbanas, tanto no Brasil como na América Latina, onde os processos de colonização européia resultaram em estruturas sócio-culturais que guardam grandes semelhanças com as do nosso país.

Também é oportuno ter em mente que esta pesquisa se conduziu embasada nas técnicas disponibilizadas pelo geoprocessamento. A facilidade de superposição de layers, de cálculo de áreas, de junção e separação de linhas ou polígonos, de criação de planilhas, de preparação de mapas temáticos, etc. garantiu rapidez e precisão durante o trabalho, de forma que fica difícil imaginar a elaboração de proposta como esta quinze ou vinte anos atrás, quando ainda estavam - geógrafos e cartógrafos, atrelados ao nanquim, ao poliéster, à mesa-de-luz.

Os procedimentos de pesquisa que resultaram na metodologia proposta desdobraram-se em várias etapas e tarefas que se alternaram ao longo do projeto. A descrição completa e cronológica dessas tarefas certamente dificultaria sua pronta apreensão, além de avolumar desnecessariamente esta dissertação. Por isso optou-se pelo relato mais geral das etapas iniciais previstas no fluxograma metodológico (Figura 5.1), para, em seguida, deter-se no detalhamento da primeira etapa, que resulta no estabelecimento de um padrão

[1] Período de atuação profissional do autor, conforme exposto na Introdução.

para o bairro que se pretende, e pode ser considerada o grande suporte da metodologia proposta.

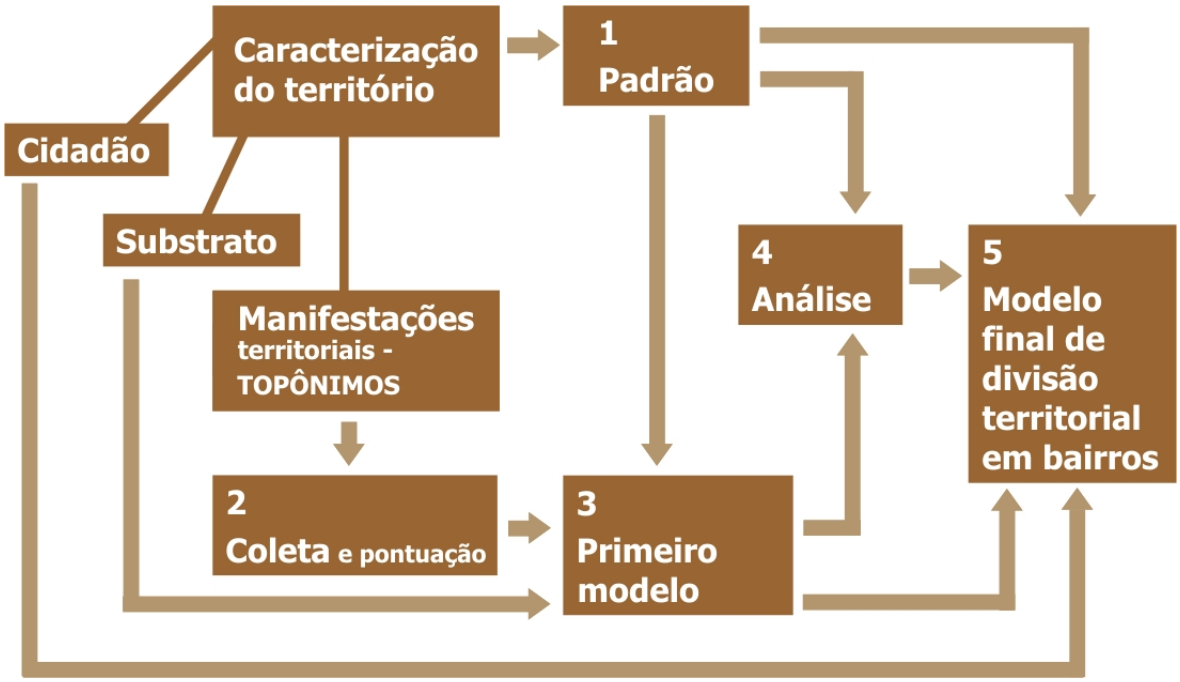


FIGURA 5.1 - Fluxograma metodológico da proposta de divisão territorial em bairros.

A realidade do território em que se vai atuar deve estar disponibilizada para que se inicie a aplicação da proposta. Essa disponibilização significa ter à mão um conjunto de mapas - o instrumental de análise por excelência da geografia - preferencialmente em meio digital e georreferenciados. Os ferramentais oferecidos pelos Sistemas de Informações Geográficas (GIS) permitem que a análise espacial se faça a cada instante, conforme o andamento do trabalho.

Não se faz necessário o mais completo levantamento de características geográficas - como regimes climáticos ou tipos de solo. Interessam mais diretamente aos trabalhos de compartimentação territorial três aspectos da realidade espacial em que se pretende intervir.

O primeiro é o substrato físico-estruturador, que compreende tanto os elementos naturais (hidrografia, altimetria) como os culturais (sistema viário, grandes equipamentos, represas) da paisagem urbana. Esses elementos orientam a ocupação do solo nas cidades, ao mesmo tempo em que se constituem barreiras à circulação e aos fluxos - nesse sentido interessam à proposta, indicando os pontos mais favoráveis para o seccionamento do espaço. Em outras palavras, prestam-se adequadamente à função divisória.

No ambiente de geoprocessamento, consagrou-se o termo inglês *layer* (= camada) como sinônimo de arquivo geográfico digital. Assim, os elementos da paisagem físico-antrópica acima referidos transformam-se, no elaborar da proposta, num conjunto de *layers* composto minimamente de:

altimetria
hidrografia
sistema viário (hierarquizado)
sistema ferroviário
linhas de transmissão e dutos
grandes equipamentos (parques, aeroportos, etc.)
loteamentos
perímetros de legislação urbanística

O segundo aspecto compreende o conjunto de lugares, *lugares urbanos*, loteamentos, equipamentos notórios e toda a trama de territórios em uso na cidade, denominados, durante a pesquisa, *manifestações territoriais de nível local*. Também fazem parte dessa realidade os cadastros mais utilizados, como o da Prefeitura e o dos Correios, e a estrutura territorial supralocal, como distritos ou subprefeituras. Por fim, há os mapas, atuais e de outras épocas, como fontes privilegiadas para a coleta de informações sobre os bairros. Todas essas informações reúnem-se num grande banco de topônimos, que se constituirão na matéria-prima do trabalho.

O terceiro aspecto da realidade que interessa à presente proposta constitui-se de percepções e assimilações, ou seja, a visão do cidadão. Esta expressão remete à idéia de que, em última forma, quem sabe do bairro é quem ali mora. Assim, o bom senso indicaria que, para uma acertada divisão de bairros bastaria a consulta à população, nos moldes de pesquisas como a relatada anteriormente, em que se perguntou "Que bairro é aqui?". A percepção individual, entretanto, se fundamental, requer um tratamento adequado, para que não se perca o foco do trabalho, qual seja, dotar a grande cidade de estrutura territorial que se harmonize com o todo municipal, com a tradição presente, com o conjunto das unidades espaciais.

No caso específico de São Paulo, trabalhar unicamente com a opinião do cidadão poderia acarretar distorções: a muitos bairros o mercado imobiliário agrega um valor tal que pode levar os moradores do entorno a forjar sua pertinência a esses bairros, com vistas a eventuais vantagens na valorização do seu imóvel, ou mesmo a um desejado *status* social que viver em determinados bairros pode significar. Um segundo ponto que merece atenção em São Paulo é a grande mobilidade demográfica de algumas áreas: pessoas recém-chegadas à cidade podem não ter tido ainda o necessário tempo de assimilação dos significados e identidades urbanos, e suas respostas à pesquisa também podem levar a distorções.

De qualquer forma, a coleta das *manifestações territoriais de nível local* já permite a captura do viés cidadão: muitas denominações - e lugares - de origem *popular* acabam *oficializados* por uma agremiação esportivo-cultural, por um roteiro de ônibus, por uma comunidade da igreja católica. A mais adequada utilização da visão do cidadão, na presente proposta, ocorre nos momentos de embate, de incerteza, ou seja, quando se estiver diante de consideráveis interfaces toponímicas. Aplica-se, então, nesses casos, a consulta setorizada, ou mesmo

trabalha-se no sentido de se buscar uma nova denominação para aquele segmento territorial.

5.1. Definição da unidade territorial padrão

Os primeiros procedimentos metodológicos da proposta, que resultam na reunião ou preparação de arquivos cartográficos digitais, mais a coleta inicial das *manifestações territoriais*, já significam, para o grupo condutor dos trabalhos, um contato com o *momento geográfico* do território-objeto da ação delimitadora. Esse contato aprofunda-se com a análise das informações coletadas, assim como dos propósitos delineados pelo órgão político-administrativo responsável pelo trabalho. Dessa forma, inicia-se a etapa 1 do fluxograma metodológico, a definição do padrão de bairro.

Esta etapa constitui-se num intenso trabalho de análise, e pode ser sintetizada como a etapa mais experimental ou artesanal. Exige constantes idas e vindas no fazer e verificar, observar e avaliar, até que se *acerte a mão*, no linguajar dos artesãos.

Encontrar e adotar um padrão para as unidades territoriais pretendidas constitui um dos pilares da metodologia desenvolvida. Através desse padrão se garante o necessário balizamento no processo de estabelecimento de unidades, assim como a manutenção, para o conjunto das unidades, de uniformidade em determinadas características, entre as quais o binômio extensão/população, que levam à almejada eqüidade territorial.

Por *eqüidade territorial* pretende-se a possível harmonia e equilíbrio no conjunto dos bairros, com base no pressuposto da igualdade que rege as relações

democráticas. Está implícita, nessa postura, uma analogia entre os territórios e os cidadãos.

São notórias as distorções territoriais verificadas no nível municipal brasileiro, conforme demonstrado no subtítulo *O município de São Paulo no contexto nacional* do Capítulo 1. Por outro lado, na divisão intramunicipal de São Paulo - os 96 distritos, observa-se um considerável equilíbrio no conjunto das unidades, tanto na extensão territorial como no contingente populacional.

Procurou-se garantir, para os bairros, a eqüidade territorial que os distritos paulistanos ostentam, e evitar reproduzir os desequilíbrios da divisão municipal observados no contexto metropolitano.

As características selecionadas para compor o padrão são:

1. nível de escala ou hierárquico
2. origem
3. extensão
4. delimitação
5. denominação
6. áreas de usos especiais
7. população

As particularidades de cada um desses itens a seguir descritas revelam o esforço investigatório desenvolvido nesta etapa do trabalho. Em função do volume que configuraram, e da importância que adquirem no fluxograma da metodologia, optou-se por sua descrição individualizada. É oportuno lembrar que esses itens referem-se ao Município de São Paulo, conforme esclarecido anteriormente.

5.1.1. Nível de escala ou hierárquico

Este item atrela os bairros à divisão político-administrativa existente no município, da qual pretende-se que passem a fazer parte. Considerando-se que o foco da pesquisa é o *nível local*, e levando-se em conta o processo que deu origem à atual divisão territorial em distritos, em que se definiram os quatro níveis de escala na compartimentação espacial do município (expostos no Capítulo 1 - Introdução), tomaram-se os bairros como constituintes da instância **intradistrital**. Em outras palavras, definem-se os bairros a partir dos limites distritais. Não se admitem, portanto, bairros contidos por dois ou mais distritos.

Um segundo procedimento metodológico liga a proposta estrutura dos bairros à estrutura que lhe é hierarquicamente superior, a dos distritos. Como estes se implantaram também fundamentados em núcleos comerciais e de serviços, onde o topônimo *elevado* a distrito se manifesta mais intensamente, inclui-se no padrão de bairro a identificaçãp e delimitação, em cada distrito, de um bairro homônimo, correspondente ao seu *centro* funcional. A Figura 5.2 contém dois exemplos dessa centralidade.

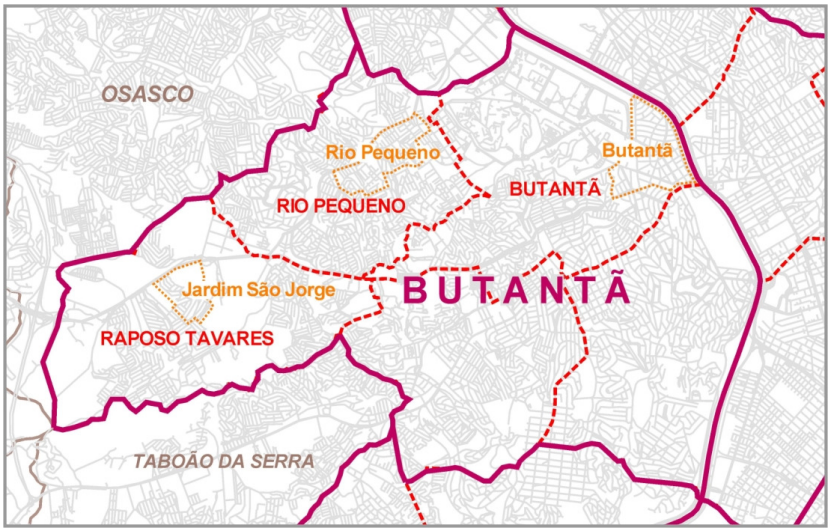


FIGURA 5.2 - Pela atual divisão territorial do Município de São Paulo, *Butantã* refere-se a uma Subprefeitura (grená) e a um Distrito (vermelho). Estabelecendo-se o nível territorial local, os topônimos de lugares paulistanos podem ser de apenas uma instância - *Jardim São Jorge*, de duas - *Rio Pequeno*, ou de três - *Butantã*.

5.1.2. Origem

Como segundo item balizador da ação pretendida - identificação e delimitação de bairros, cabe priorizar as **unidades de loteamento**. Esse padrão se justifica pela história da maioria dos bairros, que se originaram da ação loteadora, através da qual se deu a grande expansão urbana de São Paulo no período 1940-70. Essa prioridade, no entanto, significa mais propriamente *ponto de partida*, por conta da grande disparidade verificada na extensão e pela dinâmica toponímica, como se explicará a seguir.

Para loteamentos demasiadamente extensos, ou que se implantaram em etapas, muitas vezes constituindo porções espaciais descontínuas (Figura 5.3), a metodologia proposta recomenda que sejam seccionados, resultando dois ou mais bairros. Para os casos opostos, aqueles loteamentos de reduzida extensão, muitas vezes comportando uma única rua, a metodologia estabelece que sejam reunidos a outro ou outros loteamentos vizinhos para compor um único bairro. A observação dos lugares hoje *em uso* na cidade[2] revela que esses loteamentos acabaram sendo divididos ou reunidos pela própria dinâmica toponímica, conforme explicado no Capítulo 4, em *O nome do território*.

Nas áreas centrais da cidade também cabe ressalva. Ali o processo de ocupação foi mais intenso no século XIX e primeiras décadas do século XX, e desse período a prefeitura hoje não dispõe de documentação relativa ao arruamento ou parcelamento do solo. Ainda que essa ocupação tivesse ocorrido de forma similar ao verificado nas demais áreas da cidade, suas marcas na trama viária se perderam, assim como, em muitos casos, a memória de sua denominação original. A Figura 5.4 mostra um desses casos.

[2] Uma das formas tidas como eficazes para se saber o nome de um bairro, em São Paulo, é a observação das padarias. Denominações do tipo "Panificadora Nova Ede", "Flor do Sumaré", "Rainha do Mandaqui", ainda são freqüentes. Muitas vezes a padaria também demarca o centro funcional do bairro.

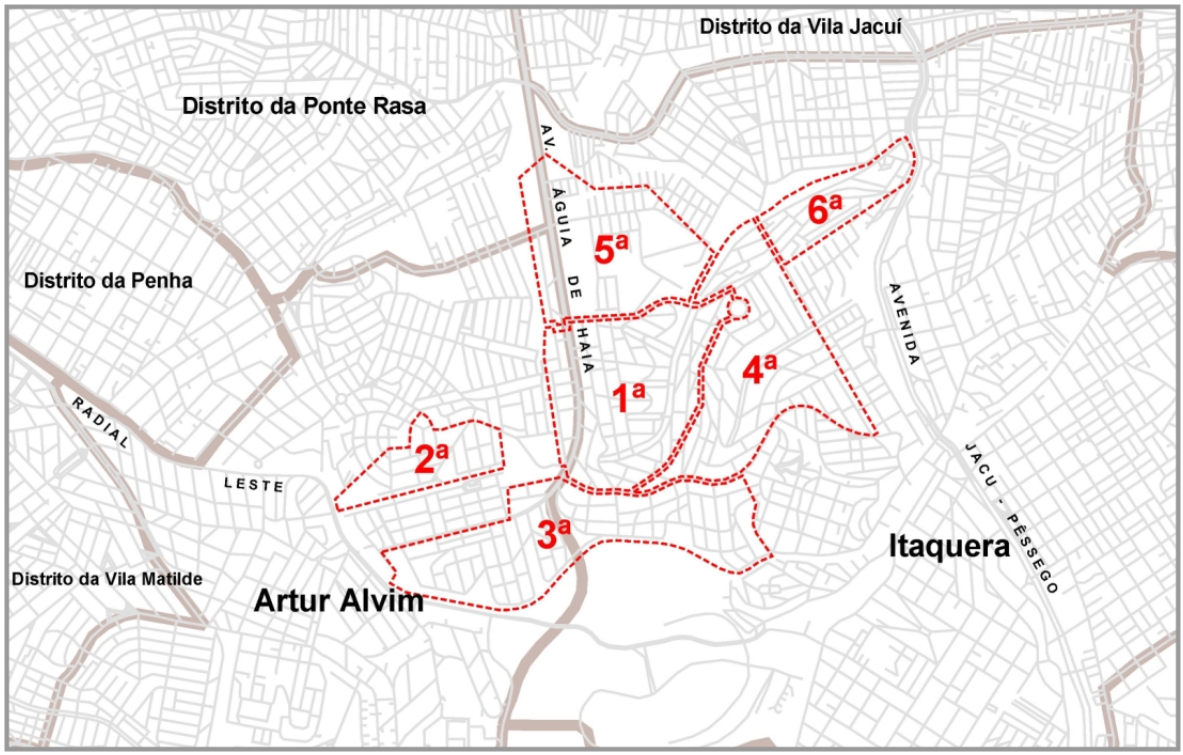


FIGURA 5.3 - Glebas do loteamento *Cidade A. E. Carvalho* (Arruamento 921 de CASE 5 / SEHAB), nos distritos de Artur Alvim e Itaquera. Pela extensão, e pela área que ocupa, não se converte diretamente em bairro. Certamente apenas a 1ª gleba *herdará* o nome.

FIGURA 5.4 - Loteamento *Vila Nova Tupy*, cujo alvará foi concedido em 1931 (CASE 5 / SEHAB). É um clássico exemplo de nome cujo uso, se chegou a ocorrer, hoje se perdeu.

É importante frisar que *priorizar as unidades de loteamento* não significa, de forma alguma, ater-se a elas. O bairro que se pretende identificar pode estar - e em grande parte está, genealogicamente localizado nos loteamentos, ao menos no município de São Paulo. Entretanto, a tarefa de identificação dos bairros como unidades espaciais significantes, como espaços de identidade, como *lugares urbanos*, não se atém à pesquisa do parcelamento do solo. Transformar automaticamente os perímetros dos loteamentos em limites de bairros configura-se em solução burocrática travestida de divisão territorial. A divisão em bairros do município de Catanduva (SP) aparenta ser um desses casos, tendo-se em vista a grande disparidade demográfica entre as unidades territoriais e a manutenção de indicadores numéricos nos topônimos. A Figura 5.5 reproduz um trecho da lista de bairros da cidade, obtida do Censo 2000 IBGE.

BAIRRO	POPULAÇÃO
Conjunto Habitacional Pref. João Righini	721
Distrito Industrial Antônio Zaccaro	14
Distrito Industrial José Antônio Boso	18
Expansão 1	68
Expansão 2	103
Expansão 3	108
Granville I	44
Granville II	25
Higienópolis	2.860
Jardim Alpino	128
Jardim Alvorada	39
Jardim Amêndola	2.434
Jardim América	894
Jardim Bela Vista	3.645
Jardim Belém	743

FIGURA 5.5 - Este trecho da listagem de bairros de Catanduva (SP) revela, pelos dados de população, e pelos nomes repetidos distintos apenas por números, que a divisão territorial adotada para o município certamente é equivalente à divisão dos loteamentos.

No caso de São Paulo, a pesquisa junto aos arquivos da Secretaria de Habitação (Cadastro Setorial 5) confirmou a grande disparidade existente entre as unidades de loteamento. Observou-se que Vila Maria, Vila Carmosina, Vila Andrade, entre outras, têm extensão superior a 2 km^2, chegando a quase 4 km^2. A grande maioria das unidades, no entanto, tem menos de 0,5 km^2, e muitas não atingem 0,1 km^2. Muitos desses microloteamentos[3] são resultantes do reparcelamento de quadras de loteamentos anteriormente implantados.

5.1.3. Extensão

Para o cálculo da extensão padrão pretendida, também se levou em conta uma questão ergonômica: sendo instância local, e como tal o espaço das relações cotidianas, convém que o bairro se estenda por uma área que possa ser percorrida a pé sem grandes dificuldades. Além disso, a metodologia aqui proposta visa estabelecer porções territoriais que, entre outras funções, possam aglutinar ações coletivas e, ao mesmo tempo, irradiar serviços governamentais. Para tanto, projeta-se para cada bairro um *locus* privilegiado, à semelhança dos largos e pátios do Brasil Colônia, situado preferencialmente no centro do território. Pode ser uma escola, um posto de serviços, uma igreja, um clube municipal, onde a comunidade local recebe vacinas durante as campanhas de saúde, tem acesso a cursos diversos, organiza festas, vota, etc.

Esse local, que assume a condição de centro funcional do bairro, deve ser acessado sem dificuldades. A distância máxima de 1 a 2 km parece constituir um patamar satisfatório.

Verificou-se, durante a pesquisa, que a grande maioria dos bairros hoje reconhecidos como tal - nos cadastros, nos mapas e guias, no uso pela

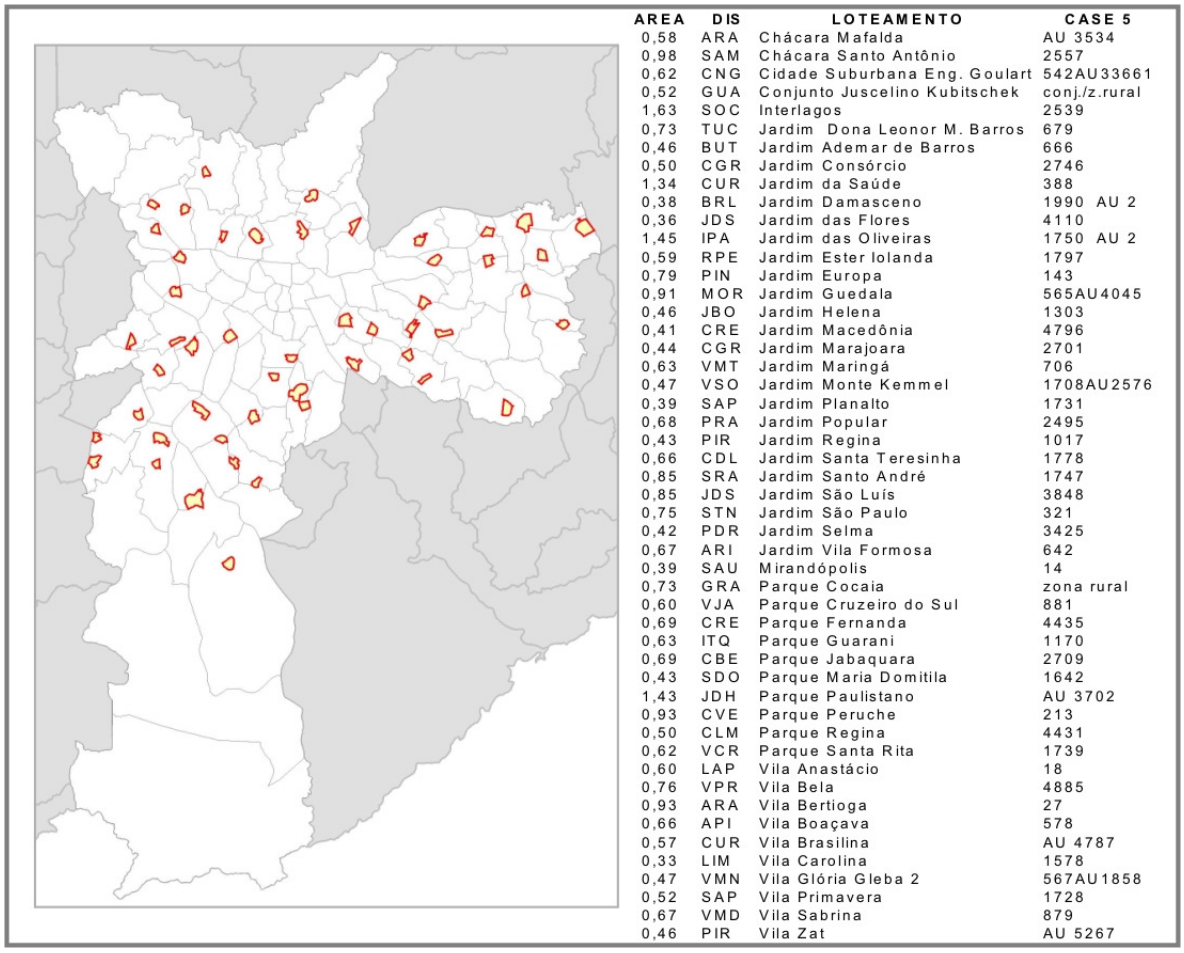
[3] As Figuras 3.12 e 3.13, no Capítulo 3, incluem alguns desses casos: Vila Santo Antônio, Vila dos Minérios, Vila Antônio dos Santos, Vila Sirene, Vila Bela do Sapopemba, e outros.

população - tem origem em loteamentos. Assim, a obtenção do padrão de extensão pautou-se na observação e mensuração das unidades de loteamento.

Um cálculo inicial utilizou a totalidade de bairros constantes no denominado *Cadastro Inicial de Bairros*, em busca de sua extensão média aritmética. Esse cadastro reúne a totalidade de bairros da cidade, de acordo com a planta de São Paulo Geomapas. Essa planta, porém, não contempla os distritos de Marsilac e Parelheiros. Por essa razão, no cálculo a seguir esses distritos estão excluídos da extensão total. Para um maior refinamento, também foram excluídas as áreas ocupadas pela Serra da Cantareira e do Pico do Jaraguá.

Total de bairros: 1 332
Extensão total ocupada por esses bairros: 1 090 km^2
1 090 km^2 / 1 332 = 0,818 = **0,82** km^2

Um segundo cálculo levou em conta as dimensões de alguns loteamentos, selecionados de acordo com a visibilidade de sua trama viária no mapa da cidade e de forma que as diferentes regiões da área urbana do município se fizessem representar. Esses loteamentos pré-selecionados foram pesquisados no Cadastro Setorial 5 da Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB), onde alguns não foram encontrados, ou seja, muitas áreas da cidade não têm registro, na prefeitura, de projetos de loteamento e arruamento. Essas áreas são as de ocupação mais antiga, quando o parcelamento do solo se fazia apenas mediante registro em cartório. Dessa forma, no momento da coleta de dados procedeu-se à substituição de alguns dos loteamentos previamente selecionados, mantendo-se, dessa forma, o total de 50 unidades - número que pareceu significativo como amostragem. A Figura 5.6 mostra a localização desses loteamentos e apresenta-os em ordem alfabética, com respectivas área e código identificador do CASE 5 (SEHAB).



AREA	DIS	LOTEAMENTO	CASE 5
0,58	ARA	Chácara Mafalda	AU 3534
0,98	SAM	Chácara Santo Antônio	2557
0,62	CNG	Cidade Suburbana Eng. Goulart	542AU33661
0,52	GUA	Conjunto Juscelino Kubitschek	conj./z.rural
1,63	SOC	Interlagos	2539
0,73	TUC	Jardim Dona Leonor M. Barros	679
0,46	BUT	Jardim Ademar de Barros	666
0,50	CGR	Jardim Consórcio	2746
1,34	CUR	Jardim da Saúde	388
0,38	BRL	Jardim Damasceno	1990 AU 2
0,36	JDS	Jardim das Flores	4110
1,45	IPA	Jardim das Oliveiras	1750 AU 2
0,59	RPE	Jardim Ester Iolanda	1797
0,79	PIN	Jardim Europa	143
0,91	MOR	Jardim Guedala	565AU4045
0,46	JBO	Jardim Helena	1303
0,41	CRE	Jardim Macedônia	4796
0,44	CGR	Jardim Marajoara	2701
0,63	VMT	Jardim Maringá	706
0,47	VSO	Jardim Monte Kemmel	1708AU2576
0,39	SAP	Jardim Planalto	1731
0,68	PRA	Jardim Popular	2495
0,43	PIR	Jardim Regina	1017
0,66	CDL	Jardim Santa Teresinha	1778
0,85	SRA	Jardim Santo André	1747
0,85	JDS	Jardim São Luís	3848
0,75	STN	Jardim São Paulo	321
0,42	PDR	Jardim Selma	3425
0,67	ARI	Jardim Vila Formosa	642
0,39	SAU	Mirandópolis	14
0,73	GRA	Parque Cocaia	zona rural
0,60	VJA	Parque Cruzeiro do Sul	881
0,69	CRE	Parque Fernanda	4435
0,63	ITQ	Parque Guarani	1170
0,69	CBE	Parque Jabaquara	2709
0,43	SDO	Parque Maria Domitila	1642
1,43	JDH	Parque Paulistano	AU 3702
0,93	CVE	Parque Peruche	213
0,50	CLM	Parque Regina	4431
0,62	VCR	Parque Santa Rita	1739
0,60	LAP	Vila Anastácio	18
0,76	VPR	Vila Bela	4885
0,93	ARA	Vila Bertioga	27
0,66	API	Vila Boaçava	578
0,57	CUR	Vila Brasilina	AU 4787
0,33	LIM	Vila Carolina	1578
0,47	VMN	Vila Glória Gleba 2	567AU1858
0,52	SAP	Vila Primavera	1728
0,67	VMD	Vila Sabrina	879
0,46	PIR	Vila Zat	AU 5267

FIGURA 5.6 - Loteamentos selecionados e pesquisados, com vistas ao cálculo das áreas (perímetros), junto à Secretaria Municipal de Habitação (CASE 5). As áreas foram obtidas automaticamente com os recursos do geoprocessamento.

A média aritmética da extensão dos 50 bairros mensurados (extensão total dividida pelo total de unidades) resultou em: 33,56 km^2 / 50 = **0,67** km^2.

Calculando-se a mediana, o valor encontrado foi **0,62** km^2, sendo os valores máximo e mínimo, respectivamente, de 0,33 km^2 e 1,63 km^2.

Os dois universos considerados - 1332 lugares coletados, potencialmente o total de bairros resultantes da aplicação da metodologia proposta, e 50 loteamentos distribuídos por diferentes distritos do município, resultaram em valores de extensão relativamente próximos, ou seja:

0,82 km^2 - média geral do total de bairros

0,67 km^2 - média dos loteamentos mensurados

0,62 km^2 - mediana dos loteamentos mensurados,

o que permite adotar, como valor padrão para a extensão dos bairros, **0,7 km^2**, correspondente à média simples desses três resultados.

Todavia, o padrão que se está buscando aplica-se a porções do espaço terrestre, ou seja, não se está operando em planos teóricos nos campos da matemática ou da física. Ao valor adotado, portanto, não cabe atribuir a rigidez inerente aos números. Pretende-se que sirva de padrão condutor, valor de referência, e não uma fôrma que venha moldar os bairros indistintamente.

Desse modo, a aplicação da metodologia resultará em bairros com valor inferior ou superior ao padrão adotado, acolhendo diferenças locais de densidade de ocupação, demografia, sítio urbano, padrão viário, etc. Mesmo assim, para que a adoção do padrão tenha eficácia, tomou-se como pertinente a fixação de um piso e um teto, que podem situar-se, respectivamente, próximo de **0,40 km^2** (metade do padrão) e de **1,5 km^2** (dobro do padrão). Dessa forma, o maior valor previsto para o conjunto equivale a cerca de 4 vezes o menor valor.

Tem-se como certo que, mesmo com parâmetros bem definidos no tocante à extensão territorial, ocorrerão desvios, por conta das particularidades da ocupação do espaço. Bairros que incluírem áreas ocupadas por grandes equipamentos (adiante, Figura 5.9), assim como aqueles situados em zonas rurais praticamente despovoadas constituirão um grupo de unidades de extensão excepcional, bem acima de 1,5 km. Essas unidades, no entanto, alinham-se entre as exceções justificadas.

Para averiguar o acerto do padrão de extensão adotado, no tocante à referida questão ergonômica, foram construídos, para um bairro hipotético, dois perímetros, conforme Figura 5.7. Um dos perímetros tem extensão padrão e o outro extensão equivalente ao teto do padrão. A distância apurada para se percorrer de um ponto extremo do território até o centro funcional em ambas as configurações determinadas para o bairro situou-se no patamar considerado satisfatório, ou seja, abaixo de 2 km.

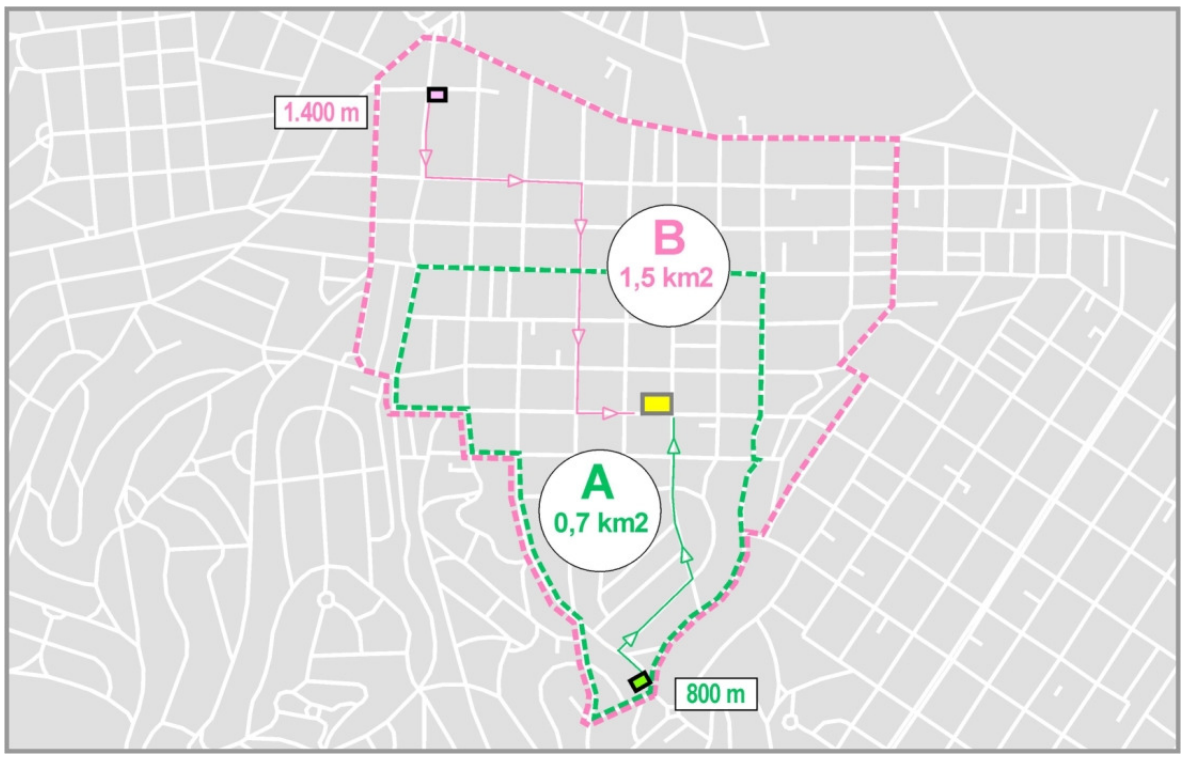


FIGURA 5.7 - Para o perímetro A - em verde, cuja extensão equivale ao padrão adotado - 0,7 km^2, a distância a ser percorrida entre um ponto periférico e o hipotético centro do bairro (assinalado em amarelo) é de 800 m. Sendo o mesmo bairro definido num perímetro B, cuja área corresponde ao teto adotado para extensão, a distância entre um ponto periférico e o mesmo centro funcional é de 1 400 m.

5.1.4. Delimitação

O primeiro ponto que direciona a delimitação é o referido atrelamento dos bairros à instância distrital. Assim, de início os limites distritais são os primeiros limites de bairros.

Em segundo lugar, deve-se eleger, para a função limítrofe, elementos da paisagem que sejam de **fácil percepção**. Esses elementos - via, curso d'água, linha de transmissão, grande equipamento, ferrovia, linha de relevo acentuado, etc. - devem ser rapidamente identificados, tanto no local como nas representações cartográficas ou imagens aéreas.

O critério da visibilidade define também uma hierarquia dos elementos que se prestam à delimitação dos bairros: um grande rio é mais visível do que uma rua, que pode ser mais facilmente identificada do que córrego, que pode ser mais perceptível do que uma viela; esta, por sua vez, será menos perceptível do que uma linha de transmissão, que tem menos visibilidade do que uma via arterial, etc. Em áreas de menor densidade de ocupação, no entanto, pode ser necessário recorrer a limites de loteamento, mesmo que não coincidam com vias. De todo modo, adota-se como regra geral posicionar os limites sobre elementos da maior perenidade possível; nesse sentido, as vias públicas, os rios, prevalecem sobre linhas de transmissão de pequeno porte. Os limites entre lotes, embora muitas vezes bastante visíveis nas imagens aéreas, nem sempre são facilmente identificados no local.

Em terceiro lugar, devem ser priorizados os elementos de maior **continuidade**, ou seja, o menor número possível de elementos deve compor o contorno divisório de cada bairro, de forma que se facilite a memorização dos limites. Deve-se buscar, portanto, a máxima linearidade dos perímetros, ou seja, evitar linhas divisórias *quebradas*, como um ziguezague.

Retornando à regra geral, amparada na bibliografia consultada, os limites dos territórios demandam a interface entre as unidades, ou seja, as divisas incidem nos pontos em que se configuram rupturas, na significação, no modelado físico ou no viário. Este último, especialmente, pode muitas vezes apontar o melhor posicionamento da linha limítrofe: é muito freqüente a mudança de denominação das vias justamente nas divisas de loteamento. Juntam-se então dois vetores metodológicos - a preservação da unidade de loteamento e o direcionamento geral da ação delimitadora, que preserva a **integridade da via**. Sem dúvida, tanto melhor terá sido a divisão territorial quanto menor for o número de vias que comecem num bairro e terminem em outro.

5.1.5. Denominação

Conforme exposto nos capítulos 3 e 4, o nome dos lugares condensa toda a significação a eles atribuída: é o seu símbolo maior. Assim, no processo de divisão territorial em bairros, a denominação deve ser entendida como a sistematização da denominação existente, ou seja, deve promover a consolidação dos topônimos que identificam os lugares da cidade. Esses nomes, no entanto, apresentam-se sob formas diversas quanto ao uso de designativo ou quanto à simplificação, o que aponta para a necessidade de alguns parâmetros, como forma de garantir a pretendida harmonia no conjunto da divisão aqui proposta.

O primeiro ponto a considerar é o uso dos designativos. Observa-se, como referido no capítulo 4, em *O nome do território*, uma tendência de simplificação das formas nominais, inclusive com relação ao designativo. Aos exemplos ali citados de *Grajaú* e *Carrão*, originalmente *Parque* Grajaú e *Vila* Carrão, somam-se outros distritos, que aparecem com ou sem designativo nos diferentes cadastros pesquisados: *Parque* São Rafael, *Conjunto* José Bonifácio, *Cidade* São Mateus, São Miguel *Paulista*, *Vila Nova* Cachoeirinha e *Vila* Jaguara.

Assim, é mais adequado que o nome seja atribuído ao bairro na **forma simplificada**, se o uso, mesmo oral, assim consagrar. Ressalvem-se os casos em que o designativo se incorporou de tal forma que passou a fazer parte do nome, como Jardim Japão, Vila Maria, Vila Romana, Jardim Paulista, Vila Mariana, Cidade Ademar, Vila Prudente, Vila Alpina, e outros casos em que aparece com função identificadora: Parque da Mooca, Jardim Tremembé e Cidade Pirituba são lugares diferentes de Mooca, Tremembé e Pirituba.

Dentre os topônimos que assumiram formas simplificadas na cidade de São Paulo ao longo das últimas décadas, a grande maioria o fez eliminando ou reduzindo o designativo. A simplificação dos elementos mais nucleares do nome também ocorreu, embora mais freqüentemente em períodos anteriores. Alguns desses casos são *Freguesia do Ó* (que fora *Freguesia de Nossa Senhora da Expectação do Ó*), S*ocorro* e *Penha*, que figuravam entre os subdistritos do antigo distrito de São Paulo como *Nossa Senhora do Ó*, *Capela do Socorro* e *Penha de França*.

Sob essa ótica, e pela grande quantidade de homônimos verificada entre os bairros paulistanos, como se retomará ainda neste tópico, a padronização opta pela vantagem, para os nomes dos bairros, da **manutenção dos designativos**. Em favor desse procedimento, advém o próprio conjunto dos 96 distritos: 21 deles mantêm os designativos[4]. Esse parâmetro, todavia, não deve sobrepujar a busca pela simplificação, como explicitado anteriormente.

Um segundo direcionamento advém da necessidade que se observa de promover o seccionamento de loteamentos que se estendem demasiadamente, aqui considerado o padrão acima estabelecido para a extensão do bairro. A tradição paulistana reserva duas formas preferenciais: a **referência topográfica** e a **referência temporal**: Casa Verde Baixa / Casa Verde Alta, Lapa de Baixo / Alto da Lapa, Carrão / Alto Carrão, Jardim Camargo Velho / Jardim Camargo Novo,

[4] A rigor, o número seria 22, se a palavra *Freguesia*, do topônimo *Freguesia do Ó*, for considerada designativo.

Vila Mazzei / Vila Nova Mazzei. É conveniente, portanto, que a diferenciação de áreas toponimicamente equivalentes priorize essas formas tradicionais.

O recurso da referência geográfica - do leste, do sul, etc. - também pode ser proposto, mas certamente essas formas nominais deverão ser submetidas à apreciação da população, por conta da novidade que representam. Entretanto, como é corrente a utilização das Zonas Cardeais, a incorporação das direções geográficas ao nome do bairro tem, em princípio, condições de ser assimilada.

Exemplificando a utilização de referenciais de distinção, pode-se tomar o distrito de Itaquera, cujo topônimo, no nível local, se estende por cerca de 4 km^2. Tal extensão extrapola o padrão definido, cujo teto se situa próximo de 1,5 km^2, o que leva, na metodologia proposta, à busca de elementos ou características que justifiquem seu seccionamento. A área que hoje se identifica com o nome *Itaquera* compreende três setores: o loteamento Itaquera, na porção leste, separado pelo rio Jacu (canalizado sob a via arterial Jacu-Pêssego / Nova Trabalhadores); a porção norte do loteamento Vila Carmosina, junto à antiga estação ferroviária, onde hoje se define o centro comercial do distrito, e o setor de expansão, a oeste do rio Verde, onde se implantou o terminal Itaquera (metrô, trem metropolitano e ônibus) e o pátio Itaquera do Metrô.

O setor central reúne condições de converter-se no *Bairro Itaquera*, por denotar o centro funcional do distrito, onde se concentram serviços e o comércio principal da região, e também em atendimento ao primeiro item da padronização, que prevê o estabelecimento de bairros homônimos a cada distrito. O setor a leste pode constituir o bairro *Itaquera Leste* ou *Itaquera Velha*, enquanto o setor a oeste o bairro *Itaquera Oeste* ou *Nova Itaquera*, como se vê na Figura 5.8.

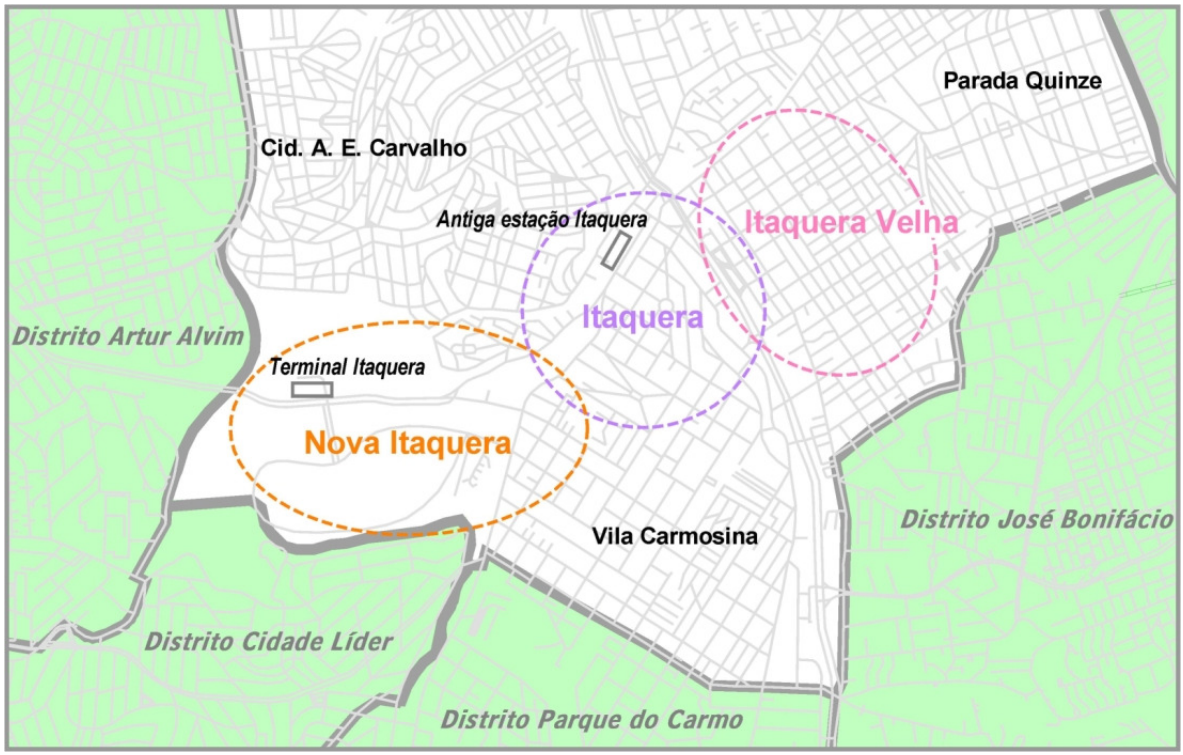


FIGURA 5.8 - O topônimo Itaquera refere-se a uma Subprefeitura e a um Distrito paulistano. Na escala local, ocorre em extensa área ao sul do distrito. Trata-se de um caso exemplar de manifestação territorial local que requer seccionamento, como forma de atender ao padrão estabelecido.

O terceiro parâmetro considerado para a denominação dos bairros refere-se à ortografia. Convivem, ainda hoje, no Brasil, diferentes formas de grafar um mesmo topônimo, pela ausência de legislação específica a esse respeito. É o caso de Pirassununga / Piraçununga, Mogi das Cruzes / Moji das Cruzes, Erechim / Erexim, Monte Negro / Montenegro, Santa Tereza / Santa Teresa, entre tantas outras.

Em 1980, a publicação "Divisão Territorial do Brasil", através da qual o IBGE informava, periodicamente, a conformação da divisão territorial do país, trouxe uma novidade editorial: o resultado de um trabalho executado pela Academia Brasileira de Letras[5], que repassou toda a toponímia dos lugares oficiais.

[5] Comissão de Vocabulário e Filologia - Antônio Houaiss, Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho e Pedro Calmon Moniz de Bittencourt. (IBGE, 1980)

Assim, nomes de estados, mesorregiões, municípios etc. cujas formas ortográficas oficiais revelaram-se incorretas, vinham acompanhados de sugestão da Academia.

Entende-se, em função do exposto, que devem prevalecer as normas do idioma oficial do país, que incidem tanto sobre os nomes comuns como sobre os nomes próprios. Essa postura leva ao estabelecimento de mais um princípio na padronização dos topônimos identificadores dos bairros: **grafia de acordo com a língua portuguesa**.

Sob esse direcionamento, um *Jardim Esther Yolanda* passa a Jardim Ester Iolanda, uma *Vila Santa Tereza* passa a *Vila Santa Teresa*, e assim por diante.

Ainda um quarto ponto, no tocante à denominação dos bairros, deve ser objeto de direcionamento por parte da metodologia proposta: a homonímia. Cerca de 40% dos bairros[6] de São Paulo têm nomes repetidos, não tendo sido considerados, nesse cálculo, os designativos. Ou seja, *Jardim Aurora* e *Vila Aurora* foram considerados nomes repetidos. No entanto, se forem levados em conta os designativos, a repetição passa a

9 vezes	Santo Antônio
	São Francisco
	São José
8 vezes	São João
6 vezes	Bandeirantes
	Jaraguá
5 vezes	Anhangüera
	Aurora
	Bela Vista
	Brasil
	Celeste
	Monte alegre
	Paraíso
	Primavera
	Santa Maria
	Santana

6 vezes	Jardim São João
5 vezes	Jardim São José
4 vezes	Jardim Ipanema
	Vila Rica
3 vezes	Jardim Alvorada
	Parque Anhangüera
	Vila Aurora
	Vila Brasil
	Jardim Celeste
	Jardim Jaraguá
	Jardim Planalto
	Vila Progresso
	Chácara Santo Antônio
	Jardim Santo Antônio
	Jardim São Francisco
	Vila São Francisco
	Jardim São Jorge
	Vila São José
	Jardim São Paulo
	Vila União
	Vila Vera
	Jardim Vera Cruz

FIGURA 5.9 - Nomes de bairros mais repetidos em São Paulo.

[6] Para esses cálculos foi utilizado o referido cadastro Matriz de Bairros acrescido de considerável número de topônimos coletados durante a pesquisa, totalizando 1617 nomes.

ocorrer apenas quando o designativo também for igual. Nesse caso, o percentual cai para 17%.

Em valores absolutos, esses índices representam 641 e 277 bairros, respectivamente. São números bastante altos, a ponto de inviabilizar uma postura metodológica no sentido de eliminar quaisquer homônimos, sob risco de se promover uma interferência bastante drástica no conjunto dos topônimos paulistanos.

Por outro lado, não parece necessário recorrer a conceitos ou citações para perceber a incoerência que representa a existência de subdivisões com nome igual num mesmo território. Contra essa argumentação, no entanto, pode-se invocar, por exemplo, o próprio território brasileiro. Não existem estados homônimos, embora sim municípios. Ao que parece, esse fato não tem causado maiores transtornos, seja para o aparelho governamental, seja para o cidadão. Além disso, todas as localidades são codificadas pelo sistema Cep - praticamente não há risco de uma encomenda ou carta endereçada para a cidade de Palmas, no sul do estado do Paraná, ser entregue na capital de Tocantins. E a Itapeva mineira, curiosamente muito próxima da fronteira com São Paulo, acaba não se confundindo com a homônima paulista, até porque, por convenção, sempre se adiciona, aos nomes de cidades, a sigla da unidade da federação.

Os bairros paulistanos encaixam-se na mesma configuração. Sendo o último nível na escala da divisão territorial do município de São Paulo, da mesma forma que os municípios em relação ao território brasileiro, podem ser homônimos, desde que em distritos diferentes. Assim, pode-se concluir que não haveria grandes problemas em reconhecer e denominar duas *Vila Guarani*, no Jabaquara e na Vila Formosa, entre os tantos casos de bairros homônimos. A melhor solução certamente aponta para a eliminação das duplicidades, desde que não traga maiores prejuízos à identidade local. Aos profissionais envolvidos no processo caberá a sensibilidade de diferenciar os casos em que se coloca como pertinente

a adoção de algum atributo diferenciador daqueles em que a manutenção do nome se configura mais acertada.

Retomando o exemplo, poder-se-iam diferenciar os dois bairros com a referência geográfica: Vila Guarani Sul e Vila Guarani Leste. Ocorre, no entanto, outra implicação: há mais dois bairros com o nome Guarani, um designado *Jardim*, na Brasilândia, e um *Parque*, em Itaquera. Essa multiplicidade sugere ser talvez mais sensato elaborar os quatro topônimos com vistas à sua melhor diferenciação. Situações como esta certamente se apresentarão em mais de uma oportunidade durante o processo de definição da divisão territorial de São Paulo em bairros. À sensibilidade dos profissionais soma-se o recurso da consulta à população, como previsto na metodologia proposta.

5.1.6. Áreas de usos especiais

A ocupação do solo na porção urbana do município de São Paulo, embora constitua uma mancha *contínua* que se expande, a partir do centro, para todas as direções, apresenta grandes áreas de uso especial: parques e áreas de preservação, terminais de transporte, outros equipamentos de grande porte (lazer, saúde, educação), represas, etc. Essas áreas, facilmente identificáveis mesmo em imagens de satélite, representam vazios demográficos, em termos da ausência ou grande rarefação de domicílios.

Não se estão considerando aqui os vazios a serem ocupados, tais como áreas não loteadas e sem outro uso, ou áreas de uso em transição, como quarteirões inteiros que abrigavam instalações industriais e hoje estão desocupados. A dinâmica da cidade gera e reocupa esses vazios, como demonstrado por estudos como o de Ramos (2004). Os vazios tratados neste tópico são aqueles de categoria institucional, em sua maioria constituindo bens públicos.

Metodologicamente, podem ser adotadas duas posturas em relação a essas áreas especiais. A primeira considera-as como tal, ou seja, define-as como bairros, embora de classe especial por não conter residentes, apenas população flutuante. A segunda postura integra-as ao entorno, incluindo-as, integral ou parcialmente, no perímetro de um bairro *normal*.

Pelas experimentações efetivadas no decorrer da pesquisa, esta segunda postura se revelou mais adequada. Assim, o Parque Estadual das Fontes do Ipiranga, popularmente *Parque do Estado*, faria parte do bairro Água Funda, e o Aeroporto de Congonhas integraria o bairro *Congonhas* (Figura 5.10).

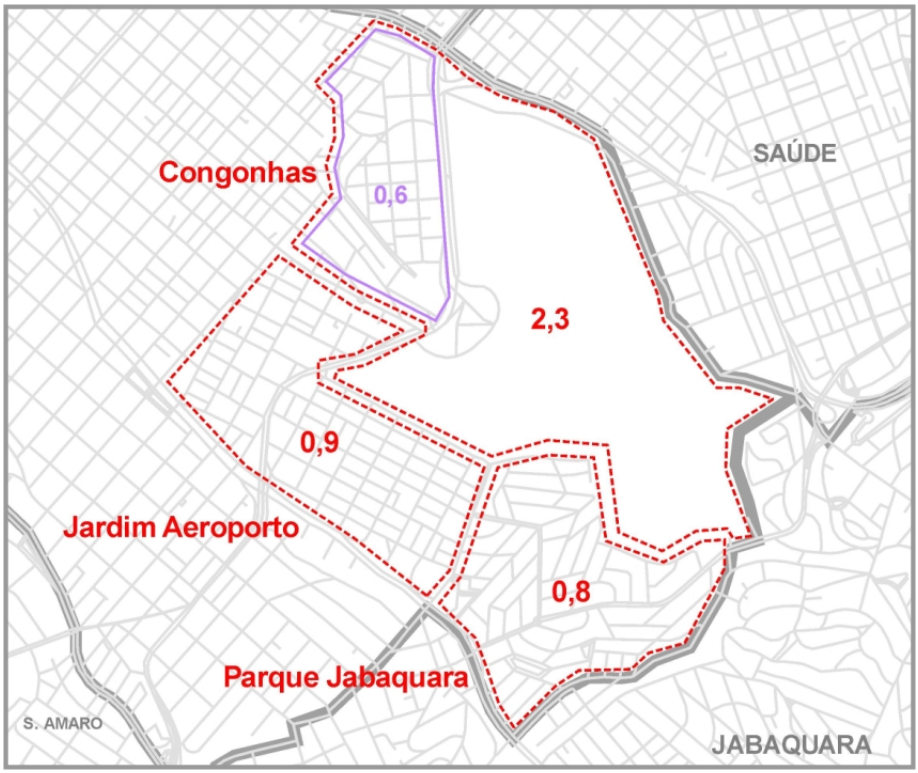


FIGURA 5.10 - Área em km^2 para os bairros Congonhas, Jardim Aeroporto e Parque Jabaquara, conforme ensaio elaborado para o Distrito de Campo Belo. Nota-se que o valor de 2,3 km^2, de Congonhas, extrapola o padrão máximo de 1,5 km^2; entretanto, sua área efetivamente povoada reduz-se a 0,6 km^2, em harmonia com seus vizinhos.

Outras áreas requerem tratamento específico, como o Parque Estadual da Cantareira, que se estende por vários distritos. Em atendimento ao padrão determinado pela metodologia proposta, pode-se definir um bairro *Cantareira* em

cada distrito, abrangendo cada um a porção do parque contida no distrito e, possivelmente, seu entorno rural. Esses bairros incluiriam, em seus topônimos, algum diferenciador, que pode ser tomado da hidrografia ou do próprio nome do distrito. Contudo, adotar essa mesma solução para o Parque do Estado não parece apropriado, pois esta área se integra ao bairro Água Funda, sendo efetivamente acessada e utilizada pela população nas atividades educacionais e de lazer, enquanto a Cantareira se apresenta como área bloqueada ao acesso[7], inclusive topograficamente.

Para os bairros marginais às represas Guarapiranga e Billings, a solução mais viável é atribuir-lhes a porção ideal da área submersa, que é a mesma solução adotada para os distritos, como se vê na Figura 5.11.

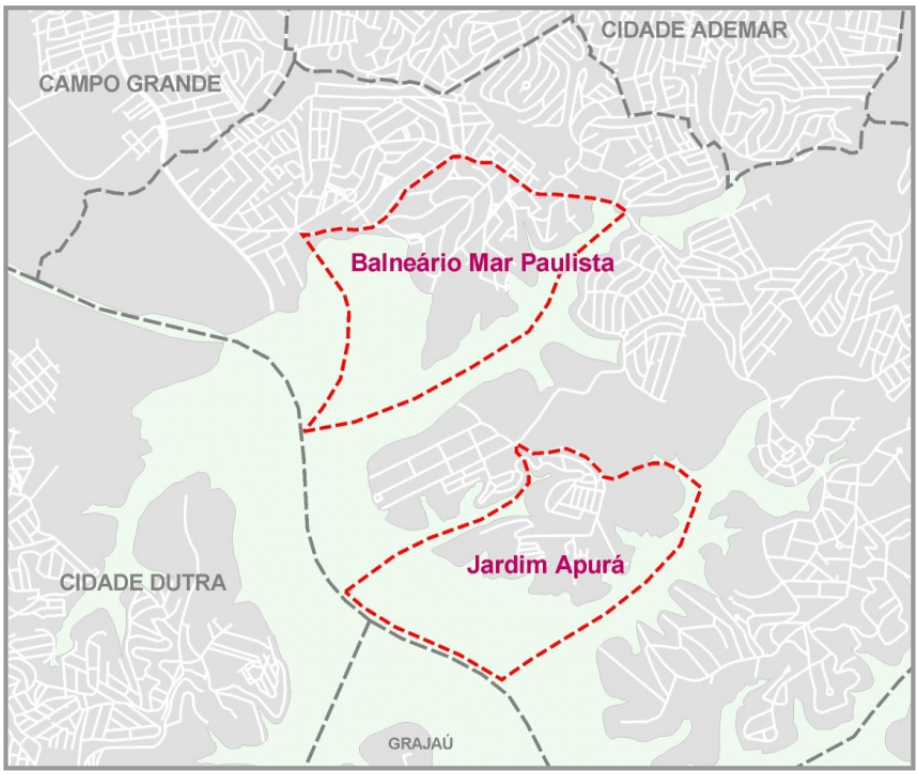


FIGURA 5.11 - Ensaio elaborado para dois bairros do Distrito da Pedreira, com o critério de avançar as linhas divisórias sobre a área submersa, buscando o eixo do curso d'água represado. Esse critério foi utilizado pela Lei 11220/92 na delimitação dos Distritos.

[7] Há um acesso no distrito do Tremembé; a área aberta à visitação, no entanto, é bastante restrita.

5.1.7. População

O último entre os itens definidos para compor o bairro padrão da presente pesquisa talvez se revele como um dos maiores desafios metodológicos. Esta dissertação enfatizou, por diversas vezes, o caráter democrático embutido na proposta, que pretende para São Paulo um mosaico de bairros equânimes, prenunciando e induzindo à possível igualdade social. Parece bastante clara a importância da eqüidade territorial como pressuposto da democracia. Entretanto, tal postura se revelará menos eficaz se o resultado da divisão proposta embutir territórios excepcionalmente populosos e outros quase despovoados.

Foi abordada, anteriormente, a questão da desigualdade territorial verificada no Brasil, constatando-se então que o município de São Paulo configura um dos expoentes da distorção, tanto pela extensão física, como, e principalmente, pelo excepcional volume que representam suas cifras demográficas. Também foi demonstrado que os bairros, na atual divisão político-administrativa da cidade, ocupam posição bastante marginal. Também são raros os estudos dedicados aos bairros em seu conjunto.

Essa situação, contudo, tende a se alterar, se for levada em conta a demanda hoje representada por novas fórmulas de gestão, em sua maioria calcadas no modelo territorial. A busca pelo equilíbrio entre as unidades territoriais pretendidas, portanto, reveste-se de grande importância, principalmente no que toca ao volume populacional.

São de conhecimento geral, no entanto, os muitos níveis de densidade demográfica apresentados pelo território paulistano, assim como a dinâmica verificada dos processos de ocupação do espaço, que transformam espaços desocupados pela indústria em densas quadras residenciais, ou vales densamente ocupados por favelas em áreas de lazer ou sistemas viários.

Assim, há que se ter em conta a dificuldade que representa a busca da igualdade demográfica. Uma das formas encontradas de se garantir a eficácia metodológica consiste na definição de um intervalo mais alargado entre o piso e o teto populacional.

Por outro lado, em face da mencionada dificuldade, recai sobre a extensão territorial o peso maior na composição da eqüidade entre os bairros. Esta suposição se sustenta na consideração de que o espaço urbano, em seu conjunto, tende, ao longo do tempo, a estabilizar e igualar seus índices de densidade.

Sob essa conduta metodológica, basta dividir-se a área de cada distrito pelo padrão definido para a extensão do bairro, dividindo-se então a população do distrito por esse resultado. Aplicando-se esse procedimento, obtêm-se os seguintes valores de total de bairros e população:

menor valor:	Marsilac	299 bairros	28 habitantes
maior valor:	Bela Vista	3 bairros	21 063 habitantes
mediana:	São Rafael/Carrão		7 027 habitantes

Evidentemente o valor obtido para Marsilac deve ser descartado, porque acumula distorções metodológicas, ou seja: em seu território, praticamente rural e com baixas densidades demográficas, não se aplica o padrão de bairro com 0,7 km2. Assim, eliminando-se este e outros nove distritos que apresentam grandes vazios urbanos, e, portanto, valores distorcidos, chegou-se a:

menor valor:	Barra Funda	8 bairros	1 620 habitantes
maior valor:	Bela Vista	3 bairros	21 063 habitantes
mediana:	Penha	16 bairros	7 768 habitantes

Partindo-se do mesmo princípio anteriormente utilizado, buscou-se a média aritmética da população das unidades contidas no *Cadastro Inicial de Bairros*. Para se obter a soma da população que esse cadastro representa, tomou-se o total da população municipal excluindo-se a dos distritos de Parelheiros e Marsilac, cujos bairros não figuram no cadastro. Os resultados decorrentes desse cálculo são:

Total de bairros no *Cadastro Inicial de Bairros*: 1 332
População total desses bairros: 10 323 012 habitantes[8]
10 323 012 / 1 332 = 7 750 habitantes

O valor obtido, apesar de sua pouca precisão, coincide com o valor resultante do cálculo anterior. E, adotando-se valores de piso e de teto, à semelhança do adotado para o padrão de extensão, chega-se ao seguinte resultado:

População padrão:	8 000 habitantes
Teto:	16 000 habitantes
Piso:	4 000 habitantes

Assim, com arredondamento numérico, e em vista dos cálculos acima, considerou-se, para a população dos bairros, o valor padrão de **8 000 habitantes**, com mínimo de 4 000 e máximo de 16 000 habitantes[9].

[8] IBGE, Censo 2000.
[9] Em extenso estudo, conduzido na década de1970 pelos arquitetos norte-americanos Christopher Alexander, Sara Ishikawa e Murray Silverstein, são reunidas considerações sobre padrões de implantações humanas. No tocante às cidades, os autores ratificam o valor de 7 000 habitantes para as comunidades. "Individuals have no effective voice in any community of more than 5 000-10 000 persons", é o subtítulo da seção em que os autores explicam: "This is an old idea. It was the model for Athenian democracy in the third and fourth centuries B.C.; it was Jefferson's plan for American democracy; it was the tack Confucious took in his book on government, The Great Digest." Finalizando, são resumidas estas recomendações práticas: "Descentralize as administrações municipais de forma que seja propiciado poder de decisão a comunidades entre 5 000 e 10 000 pessoas. Tanto quanto possível, use elementos naturais ou históricos como limites territoriais dessas comunidades. Dê a cada comunidade o poder de decidir e executar ações que lhes concernem: uso do solo, habitação, conservação de ruas e parques, policiamento, funcionamento de escolas e equipamentos de lazer, serviços locais". [tradução livre] (Alexander, Ishikawa e Silverstein, 1977)

Conclui-se, com o cálculo da população, o delineamento do padrão pretendido para os bairros paulistanos.

5.2. Seqüência da proposta

Definido o padrão de bairro, retoma-se a etapa 2 do fluxograma metodológico, em que os topônimos são tratados e pontuados. Para cada inserção, o topônimo recebe um valor previamente determinado, em conformidade com a importância da inserção. Exemplo: se o topônimo A consta na listagem dos roteiros de ônibus (coluna "linhas de ônibus") apenas uma vez, essa inserção significará um *ponto*. Constando em diversos roteiros, receberá dois ou mais *pontos*. Se o mesmo topônimo A for utilizado pela Companhia do Metrô na denominação de uma estação (coluna "estação de Metrô"), essa inserção renderá, em suposição, cinco ou seis pontos, considerando-se que o nome estampado numa estação do grande sistema de transporte metropolitano tem peso maior na fixação daquele nome para aquele entorno urbano.

Após a pontuação de todos os nomes, e a respectiva totalização, selecionam-se tais nomes por distrito, classificando-os então em ordem decrescente de pontos. Obtém-se assim uma hierarquia de topônimos, em que aos mais bem posicionados cabe presença compulsória na divisão territorial. Os demais também podem ser utilizados, a depender de cada contexto.

A partir de então, avança-se no estabelecimento efetivo de unidades territoriais de nível local, com a elaboração do primeiro modelo, executado distrito a distrito. Este modelo é analisado no seu conjunto (etapa 4), quando são detectadas eventuais incoerências, vacâncias e indefinições. Parte-se então para a última

etapa, que prevê a participação direta do cidadão - através de consultas localizadas e direcionadas - na solução de algumas das pendências levantadas na etapa anterior.

Concluído o modelo final de divisão territorial, tem ele a destinação que os trâmites político-administrativos de cada município determinarem, podendo ser adotado em caráter técnico por determinada Secretaria, ser objeto de novas avaliações e discussões, ou então ser encaminhado para aprovação na Câmara Municipal, onde, transformado em lei municipal, adquire a efetiva condição de território.

Descrições e relatos mais pormenorizados da contribuição metodológica aqui apresentada, entretanto, não se mostraram prioritários nesta dissertação. Encerra-se, portanto, o relato da pesquisa, para a qual, mesmo mesmo havendo-se sintetizado uma proposta efetiva de ação, cabem novas abordagens acadêmicas, no sentido de completá-la ou de levá-la adiante com o intuito de elaborar, efetivamente, um modelo completo de divisão territorial em bairros para o Município de São Paulo.

Capítulo 6 - Resultados

As projeções elaboradas no início desta pesquisa previam uma averiguação da metodologia proposta inclusive face a outras realidades municipais. O decorrer da pesquisa, entretanto, demonstrou, com fatos, o quanto o entusiasmo que acomete o pesquisador no início dos trabalhos pode revelar-se falacioso.

Por outro lado, a lembrança das primeiras recomendações do orientador, permitiu que o autor se reaproximasse do teor epistemológico que se convencionou apropriado para as dissertações de mestrado: foco na pesquisa, na coleta e organização de dados, na sua elaboração primária.

Assim, a implacabilidade dos prazos, somada a certa dose de imprevidência pessoal - operou no sentido de que alguns dos planos iniciais viessem a ser descartados. Em decorrência, coube a este Capítulo a versão mais sintética.

Selecionaram-se dois distritos do Município de São Paulo, em áreas e de condições socioeconômicas distintas, de forma que, no conjunto, resultassem significativos como amostragem. A Figura 6.1 mostra a localização dos distritos do Lajeado - no extremo leste - e da Lapa, na porção noroeste da região central.

Lajeado se assenta junto a um dos eixos ferroviários que ligam São Paulo a Moji das Cruzes e ao Vale do Paraíba, limitando-se com o município de Ferraz de Vasconcelos. Confronta-se, ao sul, com Guaianases, de quem é tributário em termos de comércio e serviços, assim como na divisão político-administrativa: ali fica a sede da Subprefeitura à qual Lajeado pertence. A ocupação do distrito é quase que exclusivamente para o uso residencial, não se verificando ali praticamente nenhuma atividade industrial.

De acordo com o notório estudo desenvolvido por Sposati, o Lajeado ocupa as piores posições nas medidas de pobreza, risco e exclusão social. (Sposati, 2001)

Localizado no oposto geográfico do município, a Lapa também tem a história atrelada ao modo ferroviário, porém com vínculos mais intensos. Ali separam-se duas linhas vindas do Centro da cidade - uma toma a direção noroeste e a outra continua no sentido oeste. Em função das estações ferroviárias a Lapa constituiu um dos grandes pólos regionais de comércio e serviços de São Paulo. O distrito também agrega porções residenciais classe A, e áreas industriais junto às ferrovias e ao rio Tietê. A Lapa é sede de Subprefeitura.

Nos referidos estudos de Sposati, a Lapa faz parte do grupo de distritos que apresentam melhores rendas, menores riscos e menores índices de exclusão social.

FIGURA 6.1 - Lajeado e Lapa situam-se em áreas opostas do Município de São Paulo.

Os mapas a seguir (Figuras 6.2 a 6.5) mostram resultados da divisão territorial em bairros executada de acordo com a metodologia apresentada no Capítulo 5. Os dois primeiros apresentam os bairros do Lajeado, e os dois seguintes os da Lapa.

Em rápida análise, verifica-se que a extensão obtida para os bairros lajeadenses é inferior, em média, à dos bairros lapeanos.

Essa diferença justifica-se pela menor densidade de ocupação destes, que incluem áreas industriais, e, portanto, de baixa demografia. Os índices urbanísticos também resultam lotes maiores e vias mais largas na Lapa, o que também contribui para menores densidades habitacionais.

No Lajeado, os loteamentos repartiram o espaço em terrenos menores, fato que, aliado à natalidade mais elevada ali verificada, torna o distrito mais densamente povoado. Ademais, praticamente não há *vazios* habitacionais no Lajeado.

Valores de área (km^2), população (Censo 2000 IBGE) e densidade demográfica:

Lajeado	9,0	157 773	17 648 hab/ km^2
Lapa	10,3	60 184	5 837 hab/ km^2

A população total dos distritos, dividida pelo total de bairros obtido na aplicação, resulta em média simples, que indica o total aproximado de população para os bairros.

Lajeado	157 773	/ 16	=	9 860 habitantes
Lapa	60 184	/ 8	=	7 523 habitantes

Considerando-se o valor adotado como padrão para os bairros, de população em torno de 8 000 habitantes (com teto em torno de 16 000), verifica-se que em ambos os distritos a metodologia aparenta ter sido eficaz.

No tocante à área, mesmo sem recorrer a gráficos ou índices, percebe-se que as unidades resultantes da divisão, tanto na Lapa com no Lajeado, enquadram-se no padrão definido para extensão territorial, em torno de 0,7 km^2.

Outras análises requerem maior número de operações cartográficas, assim como trabalhos de edição e editoração, cálculos em planilhas, elaboração de gráficos, etc. Como anunciado no último parágrafo do capítulo anterior, optou-se por encerrar a pesquisa mesmo sem o talvez esperado detalhamento da proposta, tarefa que se reserva para outras empreitadas acadêmicas.

Dessa forma, e tendo-se em conta a inexperiência do pesquisador, que se viu cumulado de tarefas e elaborações em volume bastante acima do previsto, embora sua familiaridade com a produção cartográfica e os alertas da banca de qualificação, decidiu-se agregar, a esse capítulo, algumas considerações a título de conclusões.

Do ponto de vista acadêmico, fica a impressão que se avançou, e que as argumentações apresentadas, os dados levantados, as figuras elaboradas, hão de ser úteis na condução de processos de divisão territorial, em São Paulo ou em outras cidades de grande porte.

A grande desproporção observada entre as unidades *de nível local* - os municípios (e São Paulo pode ser considerado o caso mais extremado), apontam para a necessidade de revisão na estrutura político-administrativa do país. Basta que se observe o foco desta pesquisa, que buscou revelar a verdadeira *instância local* do Município de São Paulo, ele mesmo sendo território de nível local, conforme define a Constituição.

Nesse sentido, causou grande surpresa ao autor o conhecimento revelado pela obra de Alexander, Ishikawa e Silverstein: desde a antiga China, passando pela

Grécia clássica, e depois, pela nascente organização dos Estados Unidos, o número de 7 000 habitantes é considerado ideal como medida de comunidade, como capaz de acolher indivíduos como tal, preservando-lhes mais adequadamente a condição de cidadãos. A surpresa tornou-se ainda maior quando resultados de ensaios, como o apresentado neste Capítulo, mostraram valores de população muito próximos da cifra tão recomendada.

Um dos textos consultados de Milton Santos remete a um "retorno do território". A imagem do futebol mostrada no Capítulo 4 - Cafu ostentando o nome do seu bairro num momento de máxima glória quer parecer a imagem desse retorno. Ao mesmo tempo, o bairro também pode ser o ponto de encontro com a comunidade dos 7 000, aparentemente intangível ante as atuais cifras milionárias da demografia paulistana.

A concisão de Yi-Fu Tuan, lembrando a condição humana ancorada na dialética que se coloca entre a liberdade do espaço e o refúgio dos lugares, presta-se igualmente à idéia de retorno. Idas e retornos, espaço e lugares. O século XX pode ter conduzido os arranjos espaciais em direção às megalópoles, e este início de século pode estar sinalizando para algum tipo de retorno, em movimento pendular semelhante ao referido por Tuan.

No âmbito pessoal, esta pesquisa significou um grande esforço para o autor, que se sente, no entanto, confortado com o resultado alcançado. Tal satisfação, de todo modo, não encobre certo teor de frustração, advindo do desconforto que significou o abandono de alguns objetivos estabelecidos no início da pesquisa.

O conflito que o momento encerra, entretanto, justapondo euforia e desencanto, parece ser uma das marcas da aventura humana. Mesmo no ambiente acadêmico, pautado na disciplina, no rigor metodológico, na isenção, preserva-se o necessário contingente de emoção. Com esse espírito tomo por encerrada esta dissertação.

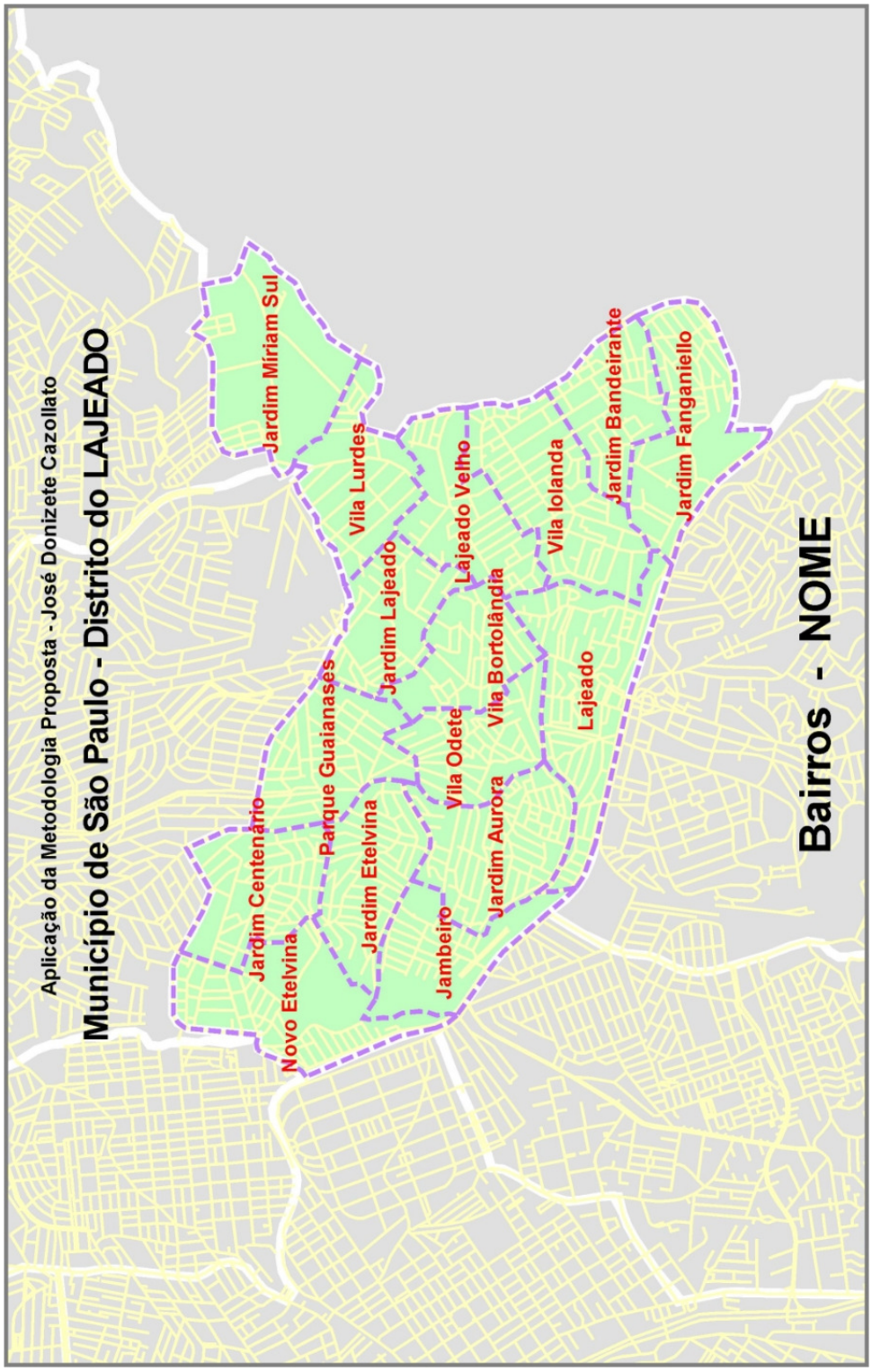


FIGURA 6.2 - Bairros do distrito do Lajeado, no Município de São Paulo, conforme aplicação da metodologia proposta.

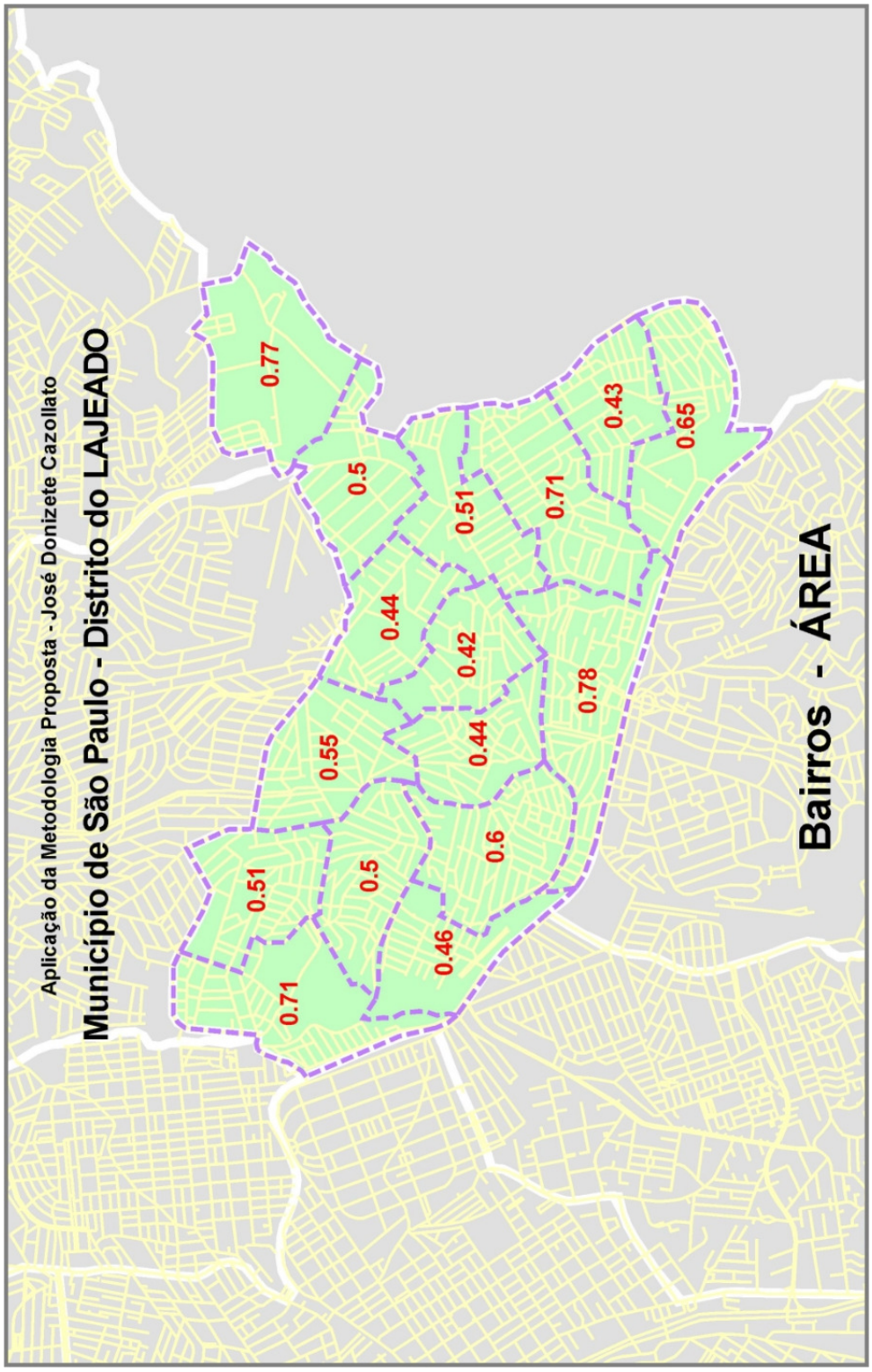


FIGURA 6.3 - Área dos bairros do distrito do Lajeado, no Município de São Paulo, conforme aplicação da metodologia proposta.

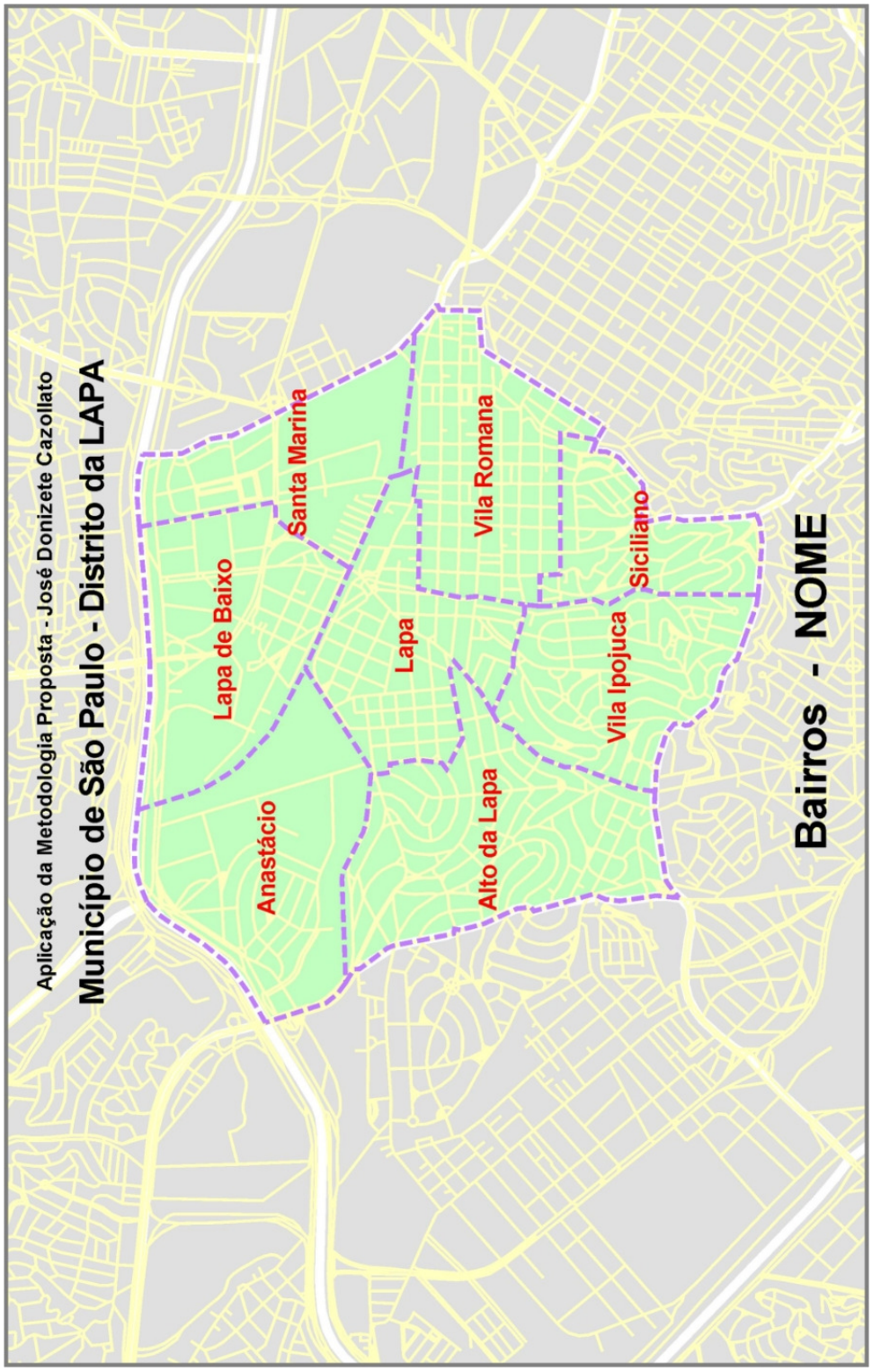


FIGURA 6.4 - Bairros do distrito da Lapa, no Município de São Paulo, conforme aplicação da metodologia proposta.

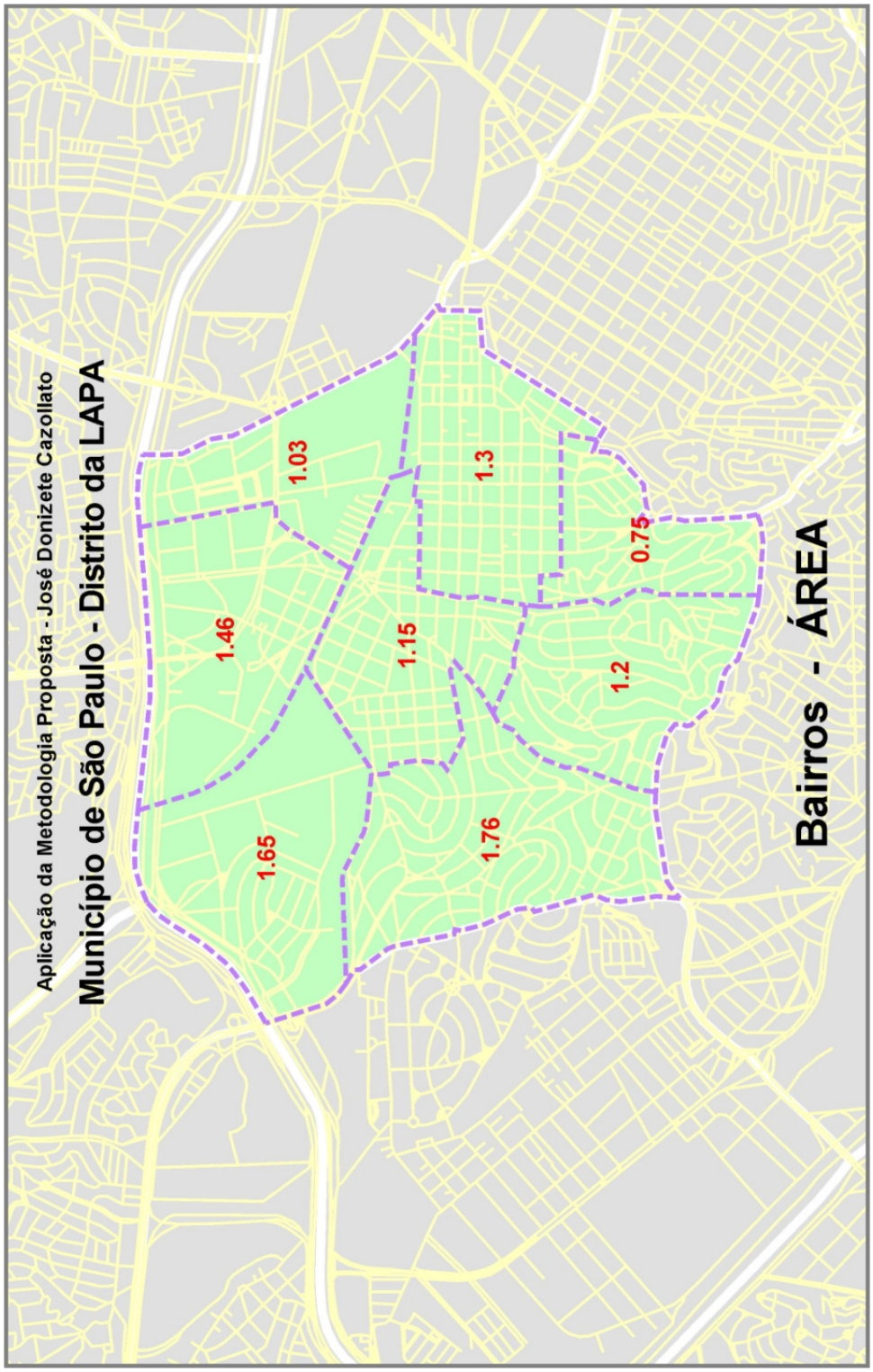


FIGURA 6.5 - Área dos bairros do distrito da Lapa, no Município de São Paulo, conforme aplicação da metodologia proposta.

Referências bibliográficas

ALEXANDER, Christopher; ISHIKAWA, Sara; SILVERSTEIN, Murray. *A Pattern Language - towns, building, construction*. Nova York: Oxford University Press, 1977.

AMENDOLA, Gilberto. Nasce um novo bairro: Chácara Bela Vista - reportagem. *Jornal da Tarde* de 03/03/2005, p. 6 caderno A.

ANDERY, Maria Amália. *A comunicação da pesquisa: redação do relatório/dissertação*. SP: www.pucsp.br/pos/experimental/disciplinas 24/06/2005.

ANDRADE, Manuel Correia de. *A questão do território no Brasil*. São Paulo: HUCITEC, 1995.

ANDRADE, Manuel Correia de. *Geografia - Ciência da Sociedade*. São Paulo: Atlas, 1987 .

ANDRADE, Manuel Correia de. Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local. In: SANTOS, M., SOUZA, M. A., SILVEIRA, M. L. (orgs.). *Território - Globalização e Fragmentação*. São Paulo: HUCITEC / ANPUR (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional), 1996.

BARROS, Sandra Augusta Leão. *O que são bairros: limites político-administrativos ou lugares urbanos da cidade?*. Universidade de São Paulo - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Dissertação de mestrado. São Paulo, 2002.

BENKO, Georges. Geografia de lugar nenhum ou hiperglobalização; breve exame do mundo pós-moderno. In: SANTOS, M., SOUZA, M. A., SILVEIRA, M. L. (orgs.). *Território - Globalização e Fragmentação.* São Paulo:HUCITEC / ANPUR (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional), 1996.

CARTOPLAM. *Guia Cartoplam São Paulo*. São Paulo: Cartoplam Editora, 1985/1995.

CASSIRER, Ernst. *Antropologia Filosófica.* São Paulo: Mestre Jou, 1977.

CEM/CEBRAP; SAS/PMSP. *Mapa da Vulnerabilidade Social da População do Município de São Paulo*. São Paulo: Editora SESC, 2004.

CORRÊA, Roberto Lobato. Territorialidade e Corporação. In: SANTOS, M., SOUZA, M. A., SILVEIRA, M. L. (orgs.). *Território - Globalização e Fragmentação*. São Paulo: HUCITEC / ANPUR (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional), 1996.

CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDHAL, Zeny (orgs.). *Introdução à geografia cultural*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

DELMANTO, Ivan. *Diário BR 3 - escrita em trânsito*. Revista *Ocas,* nº 24, de julho de 2004, p. 28

DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. *Pinheiros - aspectos geográficos de um bairro paulistano*. São Paulo: EDUSP, 1963.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *A dinâmica dos nomes na cidade de São Paulo - 1554-1897*. São Paulo: Annablume, 1996.

DOLFUSS, Olivier. *O espaço geográfico*. São Paulo: DIFEL, 1972.

DOWBOR, Ladislau. A comunidade inteligente. In: GARIBE, Roberto e CAPUCCI, Paulo (orgs.). *Gestão local nos territórios da cidade: ciclo de atividades com as subprefeituras*. São Paulo: Mídia Alternativa / Secretaria Municipal das

Subprefeituras de São Paulo, 2004.
FENIANOS, Eduardo Emílio. *São Paulo - uma aventura radical*. São Paulo: UniverCidade, 2002.
GEIGER, Pedro Pinchas. Des-territorialização e espacialização. In: SANTOS, M., SOUZA, M. A., SILVEIRA, M. L. (orgs.). *Território - Globalização e Fragmentação.* São Paulo: HUCITEC / ANPUR (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional), 1996.
GEOMAPAS. *Auto-Guia Geomapas São Paulo*. Santo André: Geomapas, 1994/2003
GEOMAPAS. *Planta Visográfica da Cidade de São Paulo*. Santo André: Geomapas, 1974/1999.
HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil.* V. 56. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.
IBGE. *Divisão Territorial do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1980.
INSTITUTO GEOGRÁFICO E CARTOGRÁFICO – IGC. *Municípios e Distritos do Estado de São Paulo*. São Paulo: IGC, 1995.
INSTITUTO GEOGRÁFICO E CARTOGRÁFICO – IGC. *Quadro do desmembramento territorial-administrativo dos municípios paulistas*. São Paulo: IGC, 1995.
INSTITUTO GEOGRÁFICO E GEOLÓGICO - IGG. *Cidade de São Paulo Escala 1:12.500 (folha 4)*. São Paulo: IGG, 1971.
JACOBS, Allan. "O futuro é urbano" - entrevista. *Revista Veja*, de 04/10/1995, p. 7
KOGA, Dirce. *Medidas de Cidades*. São Paulo: Editora Cortez, 2003.
MACHADO, Reinaldo Paul Pérez. *Um modelo geoespacial de uso do solo e demografia. O caso do Município de São Paulo*. Universidade de São Paulo. Tese de doutorado. São Paulo, 2000.
MAPOGRAF. *O São Paulo*. São Paulo: Mapograf Editora, 1975/2003
MARTIN, André Roberto. *Fronteiras e Nações*. São Paulo: Contexto,1994.
MAUREL, Joaquín Bosque. Globalização e regionalização da Europa dos estados à Europa das regiões; o caso da Espanha. In: SANTOS, M., SOUZA, M. A., SILVEIRA, M. L. (orgs.). *Território - Globalização e Fragmentação*. São Paulo: HUCITEC / ANPUR (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional), 1996.
MORAES, Antonio Carlos Robert. *Ideologias Geográficas*. São Paulo: HUCITEC, 1988.
MORAES, Antonio Carlos Robert. *Ratzel*. São Paulo: Ática, 1990.
MORITA, Geni; FERREIRA, Flávio Luiz. *Denominação das estações de Metrô - sua importância como significante de referencial urbano metropolitano*. Vitória: 14º Congresso Brasileiro de Transporte e Trânsito, 2003.
NEVES, Gervásio Rodrigues. Territorialidade, desterritorialidade, novas territorialidades (algumas notas). In: SANTOS, M., SOUZA, M. A., SILVEIRA, M. L. (orgs.). *Território - Globalização e Fragmentação*. São Paulo: HUCITEC / ANPUR (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional), 1996.
PAVIANI, Aldo. A lógica da periferização em áreas metropolitanas. In: SANTOS, M., SOUZA, M. A., SILVEIRA, M. L. (orgs.). *Território - Globalização e Fragmentação*. São Paulo: HUCITEC / ANPUR (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional), 1996.
PIRES, Walter. *Configuração territorial, urbanização e patrimônio: Colônia da Glória (1876-1904)*, Universidade de São Paulo - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Dissertação de mestrado. São Paulo, 2003.
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO / SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL [et al]. *Reordenamento de Abrigos Infanto-Juvenis da*

Cidade de São Paulo. São Paulo: SAS, 2004.
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO / SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS / RENDAS IMOBILIÁRIAS. *Mapa Oficial da Cidade*. São Paulo: SF, 1985
PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE (PNUMA); SECRETARIA DO VERDE E DO MEIO AMBIENTE (SVMA) DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO; INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO (IPT). *GEO Cidade de São Paulo - Panorama do Meio Ambiente Urbano*. São Paulo, 2004.
QUATRO RODAS. *Guia Quatro Rodas São Paulo*. São Paulo: Editora Abril, 1997.
RAMOS, Aluísio Wellichan. Cotidiano, espaço e tempo de um antigo bairro paulistano: transformações na cidade e a dimensão do vivido. In: Revista *Geousp - Espaço e Tempo*, São Paulo, nº 15. 2004.
ROLNIK, Raquel. São Paulo, novo século: uma nova geografia? In: GARIBE, Roberto e CAPUCCI, Paulo (orgs.). *Gestão local nos territórios da cidade: ciclo de atividades com as subprefeituras*. São Paulo: Mídia Alternativa / Secretaria Municipal das Subprefeituras de São Paulo, 2004.
ROSS, Jurandyr L. S. (org.). *Geografia do Brasil.* São Paulo: EDUSP, 1995.
ROUGERIE, Gabriel. *Geografia das Paisagens*. São Paulo: DIFEL, 1971.
SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem à Província de São Paulo*. Belo Horizonte: Itatiaia e São Paulo: EDUSP, 1976.
SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço.* São Paulo: Edusp, 2002.
SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1996.
SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, M., SOUZA, M. A., SILVEIRA, M. L. (orgs.). *Território - Globalização e Fragmentação.* São Paulo: HUCITEC / ANPUR (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional), 1996.
SANTOS, Milton. *Por uma Geografia Nova*. São Paulo: HUCITEC / EDUSP, 1978.
SANTOS, Ubiratan de Paula e BARRETA, Daisy (orgs.). *Subprefeituras - Descentralização e Participação Popular em São Paulo.* São Paulo: Editora Hucitec / Prefeitura do Município de São Paulo, 2004.
SILVA, Armando. *Imaginários Urbanos*. São Paulo: Perspectiva; Bogotá, Col: Convenio Andres Bello, 2001.
SILVA, Luís Octavio da. Participação e territorialidade: nova conjuntura, desafios e alternativas da gestão urbana. In: GARIBE, Roberto e CAPUCCI, Paulo (orgs.). *Gestão local nos territórios da cidade: ciclo de atividades com as subprefeituras*. São Paulo: Mídia Alternativa / Secretaria Municipal das Subprefeituras de São Paulo, 2004.
SOUZA, Maria Adélia A. de. Geografias da desigualdade: globalização e fragmentação. In: SANTOS, M., SOUZA, M. A., SILVEIRA, M. L. (orgs.). *Território - Globalização e Fragmentação.* São Paulo: HUCITEC / ANPUR (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional), 1996.
SPOSATI, Aldaíza. *Cidade em pedaços*. São Paulo: Brasiliense, 2001.
TUAN, Yi-Fu. *Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência.* São Paulo: DIFEL, 1983.
VALVERDE, Rodrigo R. H. F. Transformações no conceito de território: competição e mobilidade na cidade. In: Revista *Geousp - Espaço e Tempo,* nº 15. São Paulo: 2004.

Leis

Constituição Federal de 1988
Constituição Federal de 1967
Constituição Federal de 1946
Constituição Federal de 1937
Lei Federal 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade)
Lei Complementar Estadual 651, de 31 de julho de 1990.
Lei Municipal 11.220, de 20 de maio de 1992

Sítios

www.ibge.gov.br acesso em 20/09/2005
www.ibge.gov.br/ A instituição acesso em 27/07/2005
www ibge.gov br / downloads / Organização_do_Território / Áreas e Limites
acesso em 19/06/2005
www ibge.gov. br / downloads / Estimativas_2002 acesso em 20/06/2005
www.seade.sp.gov.br Acesso em 18/05/2005
www.seade.sp.gov.br/demografia/memória das estatísticas demográficas. Acesso em 02/10/2004.
www.correios.com.br Acesso em 21/09/05
www.fundacaocafu.org.br . Acesso em 26/09/04
www.unicamp.br Acesso em 13/07/05
www.pucsp.br Acesso em 20/4/2005
www.puc-campinas.edu.br Acesso em 13/07/2005
www.capes.gov.br/ Acesso em 13/07/2005
www.centrodametropole.org.br. Acesso em 12/09/05
www.polis.org.br / institucional. Acesso em 12/09/05